

XII-068 – PRIMEIRO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – DA TEORIA À PRÁTICA

Deisy Maria Andrade Batista⁽¹⁾

Engenheira Civil - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS - Porto Alegre/RS (1982). Atividades voltadas para consultoria, estudos e projetos na área de saneamento e recursos hídricos. Integra o quadro técnico da empresa Concremat Engenharia e Tecnologia S/A.

Cecy Glória Oliveira

Bacharel em Jornalismo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - Porto Alegre/RS (1966). Pós-graduação em Ciências Sociais e Políticas - Universidade de Lisboa - Portugal (1968). Especialização em Jornalismo Científico e Educativo - CIESPAL - Quito - Equador (1974). Aperfeiçoamento profissional - Universidade Sofia - Japão (1975). Editora de Revista Digital Aguaonline.

Endereço⁽¹⁾: Rua Israel, 22 – Vila Jardim – Porto Alegre - RS - CEP: 91330-260 - Brasil - Tel: +55 (51) 3407 1472 - +55 (51) 8161 1472 - e-mail: deisy.mab@gmail.com

RESUMO

Com prazo final de elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) para dezembro de 2015 mais da metade dos municípios brasileiros se debatem na busca de solução para um problema que recém começa a fazer parte das preocupações das prefeituras - o cumprimento das determinações da Lei Federal nº 11.445/07 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Este trabalho procura apresentar a experiência dos autores com a realização de 32 PMSBs e de dois planos regionais de saneamento básico considerando: (i) a realização em regiões e épocas distintas; (ii) a evolução do conceito e o distanciamento entre a teoria representada principalmente pelos Termos de Referência para elaboração dos planos e exigências legais; (iii) a realidade da estrutura deficiente e despreparo técnico, institucional e político da maioria dos municípios para assumir o planejamento dos quatro segmentos do saneamento.

Verificou-se que apenas o tema dos resíduos é de mais amplo conhecimento no âmbito dos municípios. A drenagem é desenvolvida por meio de ações pontuais. As questões de água e de esgoto normalmente vêm sendo tratadas pelas concessionárias estaduais ou pelos próprios moradores, com soluções individuais e precárias. Isto sem mencionar o grande "gap" que sempre existiu entre as concessionárias e as administrações municipais. As primeiras fazendo seus planejamentos sem consultar os municípios. Estes desconhecendo o que existe implantado em seu próprio território. Se tem sido assim nas áreas urbanas, o pior acontece nas zonas rurais.

Diante de um cenário de carência de informações e de estrutura institucional nos municípios, a obrigatoriedade de elaboração dos PMSBs para acesso a recursos orçamentários da União - ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal - já teve prazo adiado por três vezes. A maioria dos municípios não dispõe de estrutura para acompanhar a elaboração do Plano, as informações estão dispersas e não são confiáveis e, principalmente, observou-se que ainda existem muitas dúvidas sobre o conceito e escopo de um PMSB.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de saneamento, termo de referência, capacitação, mobilização social, regulação.

INTRODUÇÃO

Com prazo final de elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) para dezembro de 2015 mais da metade dos municípios brasileiros se debatem na busca de solução para um problema que recém começa a fazer parte das preocupações das prefeituras - o cumprimento das determinações da Lei Federal nº 11.445/07 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Este trabalho procura apresentar a experiência dos autores com a realização de 32 PMSBs e de dois planos regionais de saneamento básico considerando: (i) a realização em regiões e épocas distintas; (ii) a evolução do conceito e o distanciamento entre a teoria representada principalmente pelos Termos de Referência para elaboração dos planos e exigências legais; (iii) a realidade da estrutura deficiente e despreparo técnico,

institucional e político da maioria dos municípios para assumir o planejamento dos quatro segmentos do saneamento.

Verificou-se que apenas o tema dos resíduos é de mais amplo conhecimento no âmbito dos municípios. A drenagem é desenvolvida por meio de ações pontuais. As questões de água e de esgoto normalmente vêm sendo tratadas pelas concessionárias estaduais ou pelos próprios moradores, com soluções individuais e precárias. Isto sem mencionar o grande "gap" que sempre existiu entre as concessionárias e as administrações municipais. As primeiras fazendo seus planejamentos sem consultar os municípios. Estes desconhecendo o que existe implantado em seu próprio território. Se tem sido assim nas áreas urbanas, o pior acontece nas zonas rurais.

É neste cenário que a obrigatoriedade dos PMSBs já teve prazo adiado por três vezes em um reconhecimento de que a maioria dos municípios não dispõe de estrutura para acompanhar a elaboração do Plano. Além disso, as informações estão dispersas e não são confiáveis e ainda existem muitas dúvidas sobre o conceito e o escopo de um Plano Municipal de Saneamento Básico.

Observou-se, em muitos casos, que o objeto esperado pelas administrações municipais era algo como levantamentos topográficos e cadastrais de redes de drenagem, elaboração de projetos de água e de esgoto, entre outros.

De parte das equipes técnicas fica evidente a falta de entendimento sobre o que deve abranger um **PRIMEIRO PMSB** que na avaliação dos autores deste trabalho deveria constituir-se em um "manual de uso", um "arrumar a casa", com ênfase na parte institucional e de organização das informações dispersas. De parte das consultorias há também uma grande diversidade de interpretações sobre a elaboração dos PMSBs sendo bastante frequente não incluírem a questão da sustentabilidade econômico-financeira que é fundamental para indicação das primeiras ações de um PMSB e avaliação da viabilidade dos respectivos prazos.

O problema se agrava ainda mais porque os Termos de Referência para contratação da elaboração dos planos tem sido padronizados, não importando o tamanho e o porte do município, o que demanda uma perda de tempo na busca de informações inexistentes para o diagnóstico, mas que devem constar para atender às especificações de determinado edital. Como exemplo, houve caso de município sem sistema estruturado de abastecimento de água – com a população abastecida precariamente por poços individuais – em que não era possível obter dados como consumo de água per capita e extensões de rede, como solicitado no TR. Esta situação também se verificou na maioria dos municípios com áreas rurais.

METODOLOGIA UTILIZADA

O trabalho foi elaborado com base na experiência dos autores durante a elaboração dos planos e que possibilitou avaliar a evolução do entendimento do conceito de um PMSB e de suas várias etapas, a partir de oficinas de capacitação, seminários, conferências, audiências públicas e, especialmente, reuniões com prefeitos e com os comitês designados para o acompanhamento dos trabalhos tanto no âmbito municipal como no regional.

Foram identificadas as dificuldades/superações tendo como pano de fundo o tempo decorrido entre as experiências relatadas e o agrupamento dos municípios de acordo com características específicas tais como o porte, a localização, a urbanização, o grau de institucionalização e de mobilização para a causa.

Foram feitas pesquisas formais (através de formulários de levantamento de dados e de avaliações) e informais com prefeitos, vereadores, técnicos, entidades envolvidas, órgãos financiadores e população em geral de modo a identificar as percepções sobre o que é saneamento básico, porque fazer planos de saneamento, funções e responsabilidades.

A seguir estão indicadas as duas experiências dos autores no intuito de apenas caracterizar o universo de análise.

Caso 1: Estado de São Paulo. Municípios integrantes da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Baixada Santista (UGRHI-7).

Objeto: Elaboração de 09 planos municipais e do plano regional de saneamento básico abrangendo os 09 municípios da UGRHI-7.

Período de elaboração: 23 meses - 2009/2010

População dos municípios e da região (IBGE 2010)

Município/Região	População		
	Total	Urbana	Rural
Bertioga	47.645	46.867	778
Cubatão	118.720	118.720	-
Guarujá	290.752	290.696	56
Itanhaém	87.057	86.242	815
Mongaguá	46.293	46.091	202
Peruíbe	59.773	59.105	668
Praia Grande	262.051	262.051	-
Santos	419.400	419.086	314
São Vicente	332.445	331.817	628
Região	1.664.136	1.660.675	3.461

Nota 1: População flutuante projetada para a região em 2010 = 911.360 habitantes.

Caso 2: Estado do Rio Grande do Sul. Municípios integrantes do Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (Consórcio Pró-Sinos).

Objeto: Elaboração de 23 planos municipais e do plano regional de saneamento básico abrangendo os 26 municípios do Consórcio Pró-Sinos.

Período de elaboração: 28 meses - 2012/2014

População dos municípios e da região (IBGE 2010)

Município/Região	População		
	Total	Urbana	Rural
Araricá	4.864	3.996	868
Cachoeirinha	118.278	118.278	0
Campo Bom	60.074	57.338	2.736
Canela	39.229	35.831	3.398
Canoas	323.827	323.827	0
Caraá	7.312	1.058	6.254
Dois Irmãos	27.572	27.276	296
Estância Velha	42.574	41.484	1.090
Esteio	80.755	80.643	112
Glorinha	6.891	2.067	4.824
Gramado	32.273	29.013	3.260
Igrejinha	31.660	30.190	1.470
Nova Hartz	18.346	15.269	3.077
Nova Santa Rita	22.716	19.475	3.241
Novo Hamburgo	238.940	234.798	4.142
Portão	30.920	25.276	5.644
Riozinho	4.330	2.748	1.582
São Leopoldo	214.087	213.238	849
Sapiranga	74.985	72.286	2.699
Sapucaia do Sul	130.957	130.469	488
Três Coroas	23.848	20.546	3.302
Parobé	51.502	48.633	2.869
Rolante	19.485	15.310	4.175
Santo Antônio da Patrulha	39.685	28.114	11.571
São Francisco de Paula	20.537	13.004	7.533
Taquara	54.643	45.266	9.377
Região	1.720.290	1.635.433	84.857

RESULTADOS OBTIDOS

A variedade de realidades enfrentadas permitiu obter uma amostra representativa do panorama do municipalismo brasileiro que possibilita o debate no sentido da identificação dos pontos-chave sobre os quais deve ser centrado o enfoque de cada município na elaboração do seu primeiro PMSB.

Na avaliação dos autores a nova visão que está sendo implantada na área de saneamento a partir do marco regulatório representa uma verdadeira “revolução cultural” tanto do ponto de vista das concessionárias dos serviços como das administrações municipais, dos contratantes, das consultoras, dos financiadores e principalmente da população. Percebe-se um despreparo para o exercício da cidadania quando o tema é saneamento prevalecendo ainda a percepção de que é um “benefício” dos poderes públicos.

No que diz respeito às administrações municipais a mudança radical começa pelo exercício pleno do poder concedente para os quatro segmentos, ainda incipiente. Uma das maiores demandas dos municípios era o acesso a informações sobre a estrutura física dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário (quando existente) nem sempre disponibilizado pelas concessionárias. Entre os técnicos que acompanharam mais de perto a elaboração do PMSB, em alguns casos, havia desconhecimento até mesmo do conteúdo do contrato de programa entre a concessionária e o município.

Durante as capacitações preliminares com os comitês municipais foi preciso montar um roteiro básico para explicar os papéis de cada um – município (executivo, legislativo e judiciário), concessionária e população não somente durante a elaboração, mas PRINCIPALMENTE durante a execução do PMSB. E explicar e exercitar, em trabalhos de grupo, por meio de exemplos, o que são OBJETIVOS, METAS e INDICADORES.

Outra constatação foi que grande parte dos pequenos municípios dispõe de poucos funcionários para acompanhar a elaboração e que devido às múltiplas funções que precisam exercer têm número limitado de horas para dedicar ao tema. Quando o período de elaboração do PMSB coincidiu com o eleitoral – como foi o caso dos municípios do Consórcio Pró-Sinos – houve renovação completa dos comitês de acompanhamento formados, atrasando e dificultando o avanço do trabalho. Para atender aos TRs, especialmente no que tange ao diagnóstico, deveriam ser gerados documentos de mais de 100 páginas. Isto impossibilita a análise por funcionários que dispõem de pouco tempo para as suas atividades do dia-a-dia e que ainda representam o município em outros fóruns, conselhos, etc.

A questão de um “endereço” para o saneamento nos municípios é outro aspecto que o PMSB deve prever. Na maioria dos municípios o envolvimento direto no período de elaboração foi das secretarias de Meio Ambiente, quando o tema deve interessar também ao Gabinete do Prefeito, à Secretaria de Planejamento, à da Fazenda, por envolver cobrança de tarifas e taxas. Aqui se percebe uma resistência enorme à cobrança de taxa de lixo separada do IPTU e em alguns casos, de sistemas de água e esgoto municipais, a própria cobrança de tarifa.

No que se refere às concessionárias, é muito tênue, ainda, a mudança da cultura de decisão unilateral sobre os investimentos para a parceria com os municípios cujo avanço depende muito mais da compreensão de seus quadros técnicos sobre o verdadeiro significado do PMSB do que de uma imposição dos quadros diretivos.

De parte das consultoras também são variados os entendimentos sobre a essência do PMSB, pois em muitos casos não há preocupação com os aspectos institucionais e de gestão municipal dando-se, ainda, ênfase demasiada ao que se relaciona com obras físicas e alternativas meramente técnicas.

Os contratantes e financiadores esmeram-se em elaborar TRs excessivamente detalhados no que se refere ao diagnóstico – quando se sabe da carência de dados mesmo nas esferas federal e estaduais, quanto mais na municipal – o que resulta em dispêndio de tempo excessivo nesta etapa. Se não há dados confiáveis sobre a estrutura de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em muitos municípios, com atendimento precário nas áreas rurais, tanto maior é a carência na área de drenagem. Também não é diferente no que toca ao diagnóstico dos resíduos sólidos tanto pela dificuldade na obtenção de informações em contratos vigentes como pela incoerência ou desatualização de dados, quando obtidos.

Nas experiências relatadas, quase 2/3 do período destinado a toda a elaboração dos planos foi consumido na busca de dados que não existem e aprovação do diagnóstico. Em vários casos, quase no final do trabalho, o diagnóstico voltava à discussão, sendo apontados “desatualizações e erros” nas informações. Ocorre que devido ao tempo desde a etapa inicial de coleta de dados até a consolidação do PMSB, surgiam atualizações do SNIS¹, novos contratos eram firmados, estudos, projetos e obras eram concluídos, financiamentos eram encaminhados, etc. Também comum foram alterações nos organogramas dos municípios com mudanças de nomes de secretarias e de órgãos vinculados assim como nas suas atribuições.

Verifica-se também variado grau de entendimento sobre a essência do PMSB entre os avaliadores do trabalho nas esferas dos contratantes e financiadores prevalecendo ainda a prática de exigência de trabalhos volumosos, com reprodução de documentos de bancos de dados que podem facilmente ser acessados pela internet. Os autores entendem que os planos devem ser documentos sucintos e de fácil leitura.

Outro item que merece reflexão é a mobilização que deve ser uma tarefa específica do município. Na experiência vivenciada pelos autores foram constatados os seguintes aspectos:

1. Apesar de constar nos TRs que na primeira etapa de elaboração do plano deve ser constituído o comitê de coordenação/execução do PMSB, essa tarefa leva muito tempo para ser cumprida por parte dos municípios. Ocorre também, em alguns casos, que são designadas apenas as entidades e órgãos que constituem o grupo, mas não são nomeados os seus representantes. Ainda assim, quando são nomeados os representantes, estes não acompanham todo o trabalho devido às mudanças das gestões municipais em decorrências das eleições. Esse fato gera atraso na alavancagem do trabalho e descontinuidade, prejudicando muito a etapa final.

¹ SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

2. No caso dos planos concluídos em 2010, também pode ser observada a descontinuidade. Poucos municípios elaboraram decretos ou transformaram seus planos em lei na época da conclusão. O fato positivo é que esses municípios já têm o primeiro plano como base para a revisão prevista em até cada 04 anos.
3. Sobre o envolvimento do prefeito, considerado de fundamental importância para a aprovação do PMSB:
 - na maioria dos municípios, o prefeito tomou conhecimento do andamento do trabalho de uma forma geral em assembleias de prefeitos (caso do Consórcio Pró-Sinos) mesmo assim com quórum abaixo da média ou só aconteceu na última etapa de elaboração do PMSB e até mesmo na véspera da audiência pública;
 - poucos municípios tiveram seus prefeitos presentes em uma ou mais reuniões dos comitês e fizeram comentários e sugestões sobre objetivos e metas.
4. Poucos foram os casos em que a comunidade participou de reuniões de trabalho embora a ênfase dada sobre a necessidade de divulgação através da imprensa e a elaboração de releases pela consultoria para auxiliar nesta mobilização. Até mesmo a área de educação ambiental foi pouco acionada pelos comitês locais para ajudar nos esclarecimentos sobre o PMSB.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os pontos sobre os quais é importante centrar as futuras ações de capacitação/mediação das estruturas governamentais (federal, estaduais e municipais) para superação dos principais problemas vivenciados estão relacionados a seguir:

1. O trabalho identificou as vulnerabilidades e barreiras encontradas em uma amostragem que reflete a diversidade dos municípios brasileiros e permite diagnosticar as falhas mais gritantes na condução do processo.
2. A experiência demonstrou que os municípios não estão preparados institucional, técnica e politicamente para o exercício do planejamento na área de saneamento.
3. Há uma diversidade de interpretações quanto ao escopo, objetivos gerais e específicos dos primeiros planos municipais de saneamento básico tanto de parte das administrações municipais quanto dos contratantes, das equipes de fiscalização, das consultoras e da própria população.
4. É preciso aperfeiçoar, ampliar e dar mais visibilidade aos instrumentos de orientação e capacitação para a elaboração dos planos municipais e regionais assim como para as futuras revisões.
5. É notória a carência de dados consolidados na área de saneamento o que leva – diante das exigências dos termos de referência sobre o aspecto DIAGNÓSTICO – a que a maior parte do tempo e esforços destinados à elaboração seja consumida com esse item, em detrimento do aperfeiçoamento e identificação dos objetivos e metas e da mobilização social.
6. Constataram os autores o desconhecimento por parte das administrações municipais do que são os indicadores, como calculá-los e aplicá-los.
7. O tema regulação merece maior atenção por parte dos envolvidos na elaboração dos planos devido a sua grande importância e a falta de aprofundamento, especialmente nas áreas de drenagem e resíduos.
8. É fundamental o envolvimento das entidades representativas e responsáveis pela aprovação dos planos desde o início dos trabalhos, evitando a perplexidade diante do enorme desafio que virá na hora da execução do que foi proposto.
9. O prazo longo de elaboração dos planos acaba resultando na descontinuidade de participação dos técnicos designados pelas administrações a cada troca de gestão municipal. Da mesma forma, esse

problema também aconteceu nas experiências relatadas com troca de gestões do contratante bem como de inúmeras trocas de fiscais de acompanhamento dos trabalhos por parte do órgão liberador dos recursos.

10. O saneamento não deve ser somente atribuição da Secretaria do Meio Ambiente do município. É imperativo que se envolvam desde o início dos trabalhos as Secretarias do Planejamento, da Fazenda e o Gabinete do Prefeito, entre outros, de modo que os objetivos e metas sejam da administração municipal, incluída também a Câmara Municipal que deve elaborar a legislação pertinente.

A experiência vivenciada permite concluir que:

1. O primeiro PMSB deve centrar o foco na organização e fortalecimento institucional do município para exercer uma titularidade para o qual não foi preparado adequadamente, incentivando a fixação de um “endereço” para o saneamento nas estruturas municipais.
2. Os objetivos e metas devem prever estruturas organizacionais que permitam criar e operar bancos de dados para monitorar o avanço das estruturas físicas dos quatro segmentos e de manutenção especialmente nas áreas de drenagem e resíduos sólidos, quando se tratar de municípios atendidos por concessionárias. No entanto as áreas rurais precisam ter seus sistemas amplamente mapeados e aperfeiçoados como um encargo do município.
3. Quando se tratar de planos abrangendo consórcios de municípios de tamanhos e graus de desenvolvimento diversificados é preciso que os TRs contemplem essa diversidade. O foco do diagnóstico deve ser o que falta para a universalização uma vez que os principais dados da infraestrutura existente já estão presentes no SNIS.
4. A mobilização durante a elaboração do primeiro PMSB deve ser centrada na administração municipal, compreendida como os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário e ser estendida à comunidade na fase de execução do PMSB e nas suas revisões.
5. É imperativo que o Ministério das Cidades amplie as capacitações de multiplicadores com vistas a um primeiro PMSB voltado para a organização institucional dos municípios para o exercício do poder concedente e para a capacidade de planejamento na área de saneamento, isto incluiu a elaboração de TRs adequados e não a mera repetição de exigências feitas para municípios de porte distinto e que só vão dificultar a execução do trabalho.
6. Recomenda-se a veiculação de campanhas de esclarecimento sobre a importância do saneamento para o desenvolvimento do município, tanto governamentais como da própria ABES.
7. Recomenda-se que tanto a ABES como o Ministério das Cidades incentive a produção técnica de indicadores de mobilização e de institucionalização voltada ao saneamento permitindo o adequado acompanhamento dos objetivos e metas previstos para estas áreas.

Para ilustrar a situação vivenciada, resume-se a seguir dois depoimentos de secretários municipais sobre as audiências realizadas para apresentação dos Planos de Saneamento.

O primeiro relatou dificuldades na busca de informações e também entrave por questões político-partidárias locais que dificultaram a mobilização. Foram feitas várias tentativas de convocar a população mas a adesão aos eventos foi pequena. Disse que a gestão atual enfrentou um grande problema com o abastecimento de água que havia sido municipalizado e entregue a uma empresa privada que não prestou bom serviço. Foi preciso chamar a concessionária estadual de volta e fazer o convênio temporário.

No outro foi enfatizado que um dos principais problemas foi a dificuldade para reunir a equipe local para pensar o plano globalmente. Houve também muitas mudanças e trocas de chefias. Considerou que uma lição aprendida foi que a prefeitura possui poucos dados concretos sobre o funcionamento dos serviços. Avaliou que um dos pontos positivos do processo de elaboração do PMSB é o fato de que a Prefeitura vai tomar posse destes dados e poder seguir atualizando-os. Destacou a presença de todo o secretariado na audiência e que um dos pontos fortes no caso do seu município foi a mobilização, passando por todos os Conselhos Municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MINISTÉRIO DAS CIDADES, SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Termo de referência para elaboração de plano municipal de saneamento básico. Diretrizes e parâmetros. Agosto de 2011, v09.
2. MINISTÉRIO DAS CIDADES, SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Termo de referência para elaboração de plano municipal de saneamento básico. Anexos A, B, C. Junho de 2011, v04.
3. MINISTÉRIO DAS CIDADES, SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Diretrizes para a definição da política e elaboração do plano de saneamento. Versão 2011, Brasília DF.
4. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em www.censo2010.ibge.gov.br.
5. SNIS. Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento. Disponível em: www.snis.gov.br
6. Saneamento Básico: Em Busca da Universalização – Luiz Lobo – Brasília, 2003.
7. MINISTÉRIO DAS CIDADES, SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento -- Brasília, DF, 2009.
8. Diagnóstico Situacional da Mobilização Social – Documento Metodológico II – Sonia Maria Dias e Rodolfo Cascão Inácio. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS, 2005.
9. Mobilização Social – Um Modo de Construir a Democracia e a Participação – José Bernardo Toro, Nísia Maria Duarte Werneck. – ABEAS-Unicef, 1996.